



ARTIGO

Desenvolvimento Sustentável no Brasil: A Agenda 2030 e a participação da sociedade civil

Por Carmela Zigoni, Cássio Carvalho, Cleo Manhas,
Cristiane Ribeiro e Nathalie Beghin*

Brasília, Junho de 2026

Introdução

A trajetória dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil é marcada por momentos de forte protagonismo, períodos de retrocesso e a recente retomada da agenda por parte do governo federal.

As bases dos ODS foram lançadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada no Rio de Janeiro em 2012, o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff. O Brasil teve papel ativo nas negociações intergovernamentais que culminaram na adoção oficial da Agenda 2030, em setembro de 2015.

Para integrar e implementar a agenda no país, durante o segundo mandato da presidenta Dilma, foi instituída a Comissão Nacional para os Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (CNODS) em 2016. Esse colegiado envolvia ministérios, sociedade civil, setor privado e governos locais para monitorar os avanços dos ODS no país.

Em 2019, durante o governo de Jair Bolsonaro houve uma mudança radical: a Comissão Nacional foi extinta, sendo considerada uma agenda desnecessária. Tal decisão gerou fortes críticas e fez com que estados, municípios e a sociedade civil assumissem o protagonismo na implementação da Agenda 2030.

Com a eleição do governo Lula em 2023, a Comissão Nacional para os ODS foi recriada. O Brasil voltou a apresentar relatórios periódicos na ONU e este ano promove a **1ª Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de 30 de junho a 2 de julho, em Brasília.**

Segundo dados do [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada \(Ipea\)](#), o país já cumpriu uma parcela das metas globais, mas ainda enfrenta vários desafios, especialmente o de combater desigualdades históricas para alcançar o restante da Agenda até 2030.

A sociedade civil brasileira assumiu para si o papel de monitorar de forma independente o cumprimento das metas. Criou-se, em finais de 2014, o [Grupo de Trabalho para a Agenda 2030 \(GT Agenda 2030\)](#), do qual o Inesc faz parte. Desde 2017, o GT lança anualmente o Relatório Luz que visa fazer um balanço da situação de cada um dos 17 ODS no Brasil. Das nove edições publicadas até o momento, o Inesc participou de 8. Atualmente, contribuímos na elaboração dos capítulos sobre ODS 4 (Educação), 5 (Igualdade de Gênero), 7 (Energia) e 11 (Cidades). Nosso aporte tem sido essencialmente o de monitoramento dos gastos da União em relação a esses objetivos.

O Inesc também tem tido papel relevante na construção do ODS 18, sugerido pelo Brasil de forma voluntária em 2023, no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, e que tem como objetivo eliminar o racismo no mundo.

ODS 4 - Educação de Qualidade

O **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4)** busca assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. Fato é, que a educação brasileira continua marcada por profundas desigualdades de acesso, permanência e qualidade, agravadas pelos impactos da pandemia, restrições fiscais e processos de privatização e militarização do ensino. Apesar da entrada em vigor do novo Plano Nacional de Educação (PNE 2026-2036) e do Sistema Nacional de Educação (SNE), os avanços são insuficientes para reverter os retrocessos acumulados.

Podemos considerar como principais avanços os seguintes pontos:

- A aprovação do novo PNE, com:
 - 19 objetivos estratégicos;
 - 73 metas e 372 estratégias;
 - maior foco na equidade em comparação com o plano anterior, apesar de não haver menção da questão de gênero e ser tímido no enfrentamento ao racismo;
 - a inclusão de objetivos específicos para educação indígena, quilombola e do campo;
 - a criação de objetivo específico para educação ambiental e sustentabilidade;
 - a reafirmação do Custo Aluno-Qualidade (CAQ);
 - a continuidade da inclusão de estudantes com deficiência em classes comuns.
 - a redução gradual da taxa de analfabetismo, especialmente entre populações negras e indígenas.
 - a ampliação dos recursos destinados à Educação de Jovens e Adultos (EJA) a partir de 2023, após queda de recursos nos anos anteriores, desde o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff, e que se agravou nos quatro anos de governo Bolsonaro. E uma maior recomposição em 2025.
 - a redução parcial das desigualdades regionais na infraestrutura escolar.

Metas

Também é preciso falar dos retrocessos observados em diferentes metas educacionais. Destacamos alguns, de acordo com dados do [Painel de Monitoramento do PNE, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira \(INEP\)](#):

Na **Educação Básica (Meta 4.1)**, o país registra o quinto ano consecutivo de retrocesso, com a perda de aproximadamente 1,07 milhão de matrículas entre 2024 e 2025. O Ensino Médio atingiu o menor número de estudantes do século, enquanto persistem problemas como a distorção idade-série e os baixos índices de alfabetização: em 2023, apenas 49,3% das crianças do 2º ano estavam alfabetizadas. Além disso, desigualdades raciais e de gênero seguem fortemente associadas à evasão escolar.

Na **Educação Infantil (Meta 4.2)**, o Brasil não alcançou a meta de atender 50% das crianças de até três anos em creches. Em 2024, a cobertura chegou a apenas 41,2%, com situação especialmente crítica na Região Norte, onde o atendimento alcança somente 23,7% das crianças. As maiores barreiras de acesso continuam recaindo sobre crianças negras, pobres e residentes em áreas rurais.

Já a **Meta 4.3, voltada ao Ensino Médio, à Educação Profissional e ao Ensino Superior**, acumula o sexto ano consecutivo de retrocesso. Entre os fatores apontados estão os impactos da Reforma do Ensino Médio, associados ao aumento da evasão e à precarização da oferta, além do avanço da privatização da educação profissional e superior e da redução da participação da rede pública na expansão das matrículas.

Na **Educação de Jovens e Adultos (Meta 4.4)**, mais de um milhão de matrículas foram perdidas desde o início do PNE anterior. Embora o país ainda tenha mais de 9 milhões de pessoas analfabetas, apenas 2,4 milhões estão matriculadas na EJA, cuja integração com a educação profissional segue limitada.

A **Meta 4.5** evidencia a permanência de profundas desigualdades educacionais, que continuam fortemente relacionadas à raça/cor, renda, território, deficiência e pertencimento indígena ou quilombola.

Populações indígenas, quilombolas, rurais e em situação de rua enfrentam maiores dificuldades de acesso e permanência. Estudantes negros e pardos estão sobrerrepresentados na EJA e nos indicadores de exclusão escolar.

A **Alfabetização (Meta 4.6)**, ainda não chegou para cerca de 9,1 milhões de brasileiros. E aproximadamente 29% da população entre 15 e 64 anos encontra-se em condição de analfabetismo funcional. A melhoria observada decorre mais de mudanças demográficas do que de políticas efetivas de alfabetização.

Direitos Humanos, Gênero e Sustentabilidade (Meta 4.7)

Nesta meta é preciso destacar questões que ficaram ausentes do novo Plano Nacional de Educação, que poderiam contribuir para ampliar a educação em gênero e sexualidade, além de incluírem as questões de clima, especialmente nos locais que estão sendo mais duramente afetados pelas mudanças climáticas. Vejamos as lacunas:

- Ausência de referências explícitas a gênero, diversidade e orientação sexual.
- Fragilização da educação em direitos humanos.
- Educação ambiental contínua periférica nos currículos.
- Crescente influência de interesses econômicos sobre materiais didáticos e conteúdos educacionais.
- Aumento das disputas ideológicas sobre o currículo escolar.
- Ausência de estratégia do governo federal em enfrentar o crescimento das escolas cívico-militares.

Infraestrutura Escolar (Meta 4.a)

Os recursos federais para infraestrutura escolar praticamente inexisteram durante os anos do governo Bolsonaro. Com a nova gestão, a partir de 2023, houve aportes, mas ainda insuficientes para o tamanho do desafio. Persistem graves e velhos problemas:

- 5% das escolas públicas sem água potável;
- 4% sem tratamento de esgoto;
- 2% sem energia elétrica;
- apenas 37% possuem quadra esportiva;
- apenas 11% possuem laboratório de ciências;
- apenas 32% possuem biblioteca.

As regiões Norte e Nordeste apresentam os piores indicadores.

Por fim, na meta de Formação Docente (Meta 4.c), os desafios também permanecem significativos. Em 2024, mais da metade dos professores da educação básica (53%) não teve acesso à formação continuada. Persistem, ainda, desigualdades na qualificação de docentes indígenas e daqueles submetidos a vínculos de trabalho precários. Soma-se a isso as críticas à Base Nacional Comum Curricular para a Formação de Professores, apontada por enfraquecer a autonomia universitária e limitar uma formação docente mais crítica e comprometida com a diversidade de contextos educacionais.

O principal fator de estarmos distantes de atingir as metas, não tendo conseguido vencer alguma delas,— muitas estão ameaçadas e apenas três com progresso insuficiente —, é o subfinanciamento da educação. O desfinanciamento durante a gestão Bolsonaro se soma às regras fiscais, antes com o teto dos gastos e agora o novo arcabouço fiscal, impedindo que os recursos alcancem um patamar de suficiência, que permita darmos o salto em direção ao atingimento das metas propostas pelo ODS 4. Cabe destacar que as metas propostas são tímidas e não refletem o tamanho das desigualdades de raça/etnia, gênero, renda e território observadas na política de educação básica e superior.

Além disso, com relação à educação infantil, a profissional e a superior, há um peso grande da privatização e mercantilização do ensino, com conveniamento de creches, muitas vezes precárias, sem fiscalização e o não crescimento de vagas em instituições públicas, mais acentuadamente nas regiões norte e nordeste, onde há maior carência desta oferta. E o crescimento exponencial de instituições de ensino superior privatizadas e de baixíssima qualidade.

A falta de investimento no ensino superior no governo anterior, retirando bolsas, investimento em pesquisa e ampliação das universidades, fez com o as universidades brasileiras, praticamente todas, caíssem nos rankings internacionais.

E por fim, a ausência de políticas que busquem a equidade, especialmente de raça, gênero e diversidade sexual. Nos últimos tempos temos visto o crescimento dos ultraconservadorismos na educação, além das escolas cívico-militares, impossibilitando que gênero e sexualidade sejam discutidos em sala de aula, aumentando a violência de gênero, especialmente para pessoas LGBTQIAPN+, aumentando as vulnerabilidades.

Esperamos que o novo Plano Nacional de Educação seja implementado na íntegra, mas para isso precisamos atingir o patamar de financiamento de 10% do PIB, conforme está no texto da lei. E neste momento estamos apenas em 5%. Importante rever a reforma do ensino médio, impedir que as escolas cívico-militares continuem crescendo em número. Integrar direitos humanos, diversidade e sustentabilidade aos currículos. Implementar em toda a educação básica e na formação de formadores as leis 10639 de 2003 e 11645 de 2008, trazendo a história da África e dos afrodescendentes, além da história dos povos originários para o centro da educação.

ODS 5 - Igualdade de Gênero

O ODS 5 tem por objetivo “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Em suas nove metas, prevê que o Brasil deve eliminar todas as formas de discriminação, violências e práticas nocivas, como o casamento infantil; reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais. Além disso, deve garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública. E, ainda, assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.

Com os retrocessos experimentados entre os anos 2015 e 2022, o Brasil perdeu muito tempo para avançar nesta agenda, seja pela baixa execução orçamentária, seja pela ausência total de orçamento para implementar políticas públicas para equidade de gênero naquele período. O Inesc tem alertado, desde 2020, para o desmonte da política pública de enfrentamento da violência de gênero, implementada pelo governo Bolsonaro: foram quatro anos de invisibilidade do público feminino nas políticas públicas, associadas à baixa execução e aos cortes orçamentários. Desde 2020, verifica-se um crescimento gradual no número absoluto de feminicídios no país: 1.355 vítimas em 2020, 1.359 em 2021, 1.451 em 2022, 1.449 em 2023 e 1.459 em 2024 (Mapa da Segurança Pública 2025).

Esse passivo, associado à desregulamentação das redes sociais e à reinserção de ideias conservadoras na educação de crianças e adolescentes, culminou em uma sociedade que mata pelo menos quatro mulheres ao dia apenas por serem mulheres. Nesse cenário, a interseccionalidade de gênero e raça revela um dado perverso, que registra que 63% dos feminicídios ocorreram contra mulheres negras, enquanto as mulheres brancas, representam 35,7% do total das vítimas

em 2024, as indígenas 0,6% e as amarelas 0,2% (Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025).

Em que pese esse cenário extremamente violento, é importante assinalar que o governo do presidente Lula vem implementando, desde o seu início, em 2023, diversas políticas públicas que impactam positivamente a vida das mulheres, como a retomada de políticas sociais como o Programa Bolsa Família, o Vale-Gás, a Farmácia Popular, a desoneração da cesta básica, o cashback e a isenção do imposto de renda para salários até R\$ 5 mil mensais, além do reinício de outras políticas de assistência social, saúde e segurança alimentar e nutricional.

No planejamento do governo Lula, expresso pelo PPA 2024-2027, as mulheres são parte de uma Agenda Transversal, que – segundo dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) – investiu, em 2025, R\$ 8,87 bilhões em políticas públicas voltadas para o referido público. Além disso, reestruturou o Ministério das Mulheres, criando três novos programas no PPA 2024-2027, e em 2025 executou 75,11% dos recursos, cerca de R\$ 172,3 milhões, disponíveis para os programas:

- **5661:** Igualdade de decisão e poder para as mulheres.
- **5662:** Mulher, Viver sem Violência.
- **5663:** Autonomia econômica das mulher

Este ano, o Governo Federal lançou o Pacto Brasil de Enfrentamento ao Feminicídio, com a promessa de envolver o Executivo, o Legislativo e o Judiciário em ações integradas de combate ao feminicídio no país.

No entanto, o Novo Arcabouço Fiscal (NAF) vigente impede que tais políticas superem o passivo gerado pelo desmonte total efetuado pelo governo anterior. A limitação de gastos primários, imposta pelo NAF, acarreta que os investimentos nas políticas citadas sempre fiquem aquém do necessário para, de fato, promover o bem-estar e a dignidade das mulheres e das famílias brasileiras, sobretudo porque são, em sua maioria, compostos por despesas discricionárias. Sem ampliar as despesas com gastos sociais, dificilmente o Brasil irá cumprir as metas do ODS 5.

ODS 7 - Energia limpa e acessível

Apesar de o Brasil possuir uma matriz energética significativamente mais renovável do que a média mundial, essa vantagem não é suficiente para assegurar o cumprimento das metas do Objetivo 7 da Agenda 2030. Em 2025, a [matriz energética brasileira apresentava](#) cerca de 50% de participação de fontes renováveis, percentual mais de três vezes superior à média mundial, estimada em cerca de 15%. No recorte da matriz elétrica, no mesmo ano, o Brasil possui 87% da geração de eletricidade por meio de fontes renováveis, enquanto, no mundo, as renováveis respondem por aproximadamente 30% da geração de energia elétrica.

Contudo, esses indicadores não significam que o Brasil esteja próximo de alcançar as metas do ODS 7. O objetivo prevê, até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis aos serviços de energia; ampliar substancialmente a participação das fontes renováveis na matriz energética global; dobrar a taxa de melhoria da eficiência energética; fortalecer a cooperação internacional para pesquisa e desenvolvimento de tecnologias limpas; promover investimentos em infraestrutura energética sustentável; e expandir o acesso a serviços modernos de energia, especialmente nos países em desenvolvimento.

Embora o Brasil tenha avançado na universalização física do acesso à eletricidade por meio de programas como o Luz para Todos e o Mais Luz para a Amazônia, persistem desafios estruturais relacionados à acessibilidade tarifária e à confiabilidade do serviço. O país apresenta o [maior custo residencial da eletricidade do mundo](#), em relação à renda per capita, entre 34 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o que compromete o acesso da população mais vulnerabilizada ao serviço. Além disso, os impactos das mudanças climáticas têm submetido as redes de distribuição a eventos extremos cada vez mais frequentes, sem que as concessionárias, majoritariamente privadas, tenham demonstrado capacidade suficiente de adaptação. Como consequência, a qualidade e a segurança do fornecimento vêm se deteriorando em diversas regiões do país.

Nas análises que o Inesc tem feito e contribuído com o debate amplo sobre o tema, consideramos a destinação dos subsídios às fontes de energia, onde o [monitoramento mais recente revelou](#) que, para cada R\$ 1,00 direcionado às fontes renováveis, aproximadamente R\$ 2,50 são destinados aos combustíveis fósseis.

Além disso, o Inesc tem [analisado a estrutura tarifária do setor elétrico](#) brasileiro, identificando como ela contribui para a persistência da pobreza energética. O desenho atual das tarifas impõe um peso proporcionalmente maior sobre o orçamento de mulheres, pessoas negras e famílias de baixa renda, aprofundando desigualdades e dificultando a garantia do acesso universal à energia em condições adequadas.

Embora o Brasil, no último período, tenha avançado em políticas públicas voltadas ao enfrentamento da pobreza energética, como programas de apoio ao acesso ao gás de cozinha e à energia elétrica para famílias vulneráveis, é fundamental reconhecer que o Brasil ainda enfrenta desafios significativos para cumprir as metas do ODS 7. Garantir energia acessível, confiável, sustentável e moderna para toda a população exigirá não apenas a expansão das fontes renováveis, mas também reformas estruturais na política energética, na regulação do setor e na reforma dos subsídios às fontes de energia.

ODS 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

O **ODS 11** busca tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Em 2025 houve avanços institucionais importantes, como a retomada das políticas urbanas nacionais, a realização da 6ª Conferência Nacional das Cidades, a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e o lançamento de programas voltados à adaptação climática para as cidades. Contudo, os resultados ainda são insuficientes diante da magnitude dos desafios urbanos brasileiros.

As cidades ocupam menos de 5% da superfície do globo, mas, segundo a ONU Habitat, abrigam 56% da população mundial e podem chegar a acomodar 68% até 2050. Por sua vez, 64% da população urbana mundial já está altamente exposta a situações de desastres, em decorrência de eventos climáticos (UN Habitat, 2024), o que só aumenta o desafio imposto pelas mudanças climáticas.

Dentre os desafios, temos o consumo de energia. No caso do Brasil, os setores de transporte e indústria consomem volumosas quantias de combustíveis fósseis, além do setor elétrico, que, mesmo com uma matriz altamente renovável, ainda conta com termelétricas, que, por vezes, acabam freando a inserção das fontes renováveis.

Além disso, ocorre a gestão inadequada dos resíduos sólidos urbanos, o que contribui para a emissão de metano, um dos gases de efeito estufa (GEE) mais poderosos. Soma-se a isso o consumo de recursos de maneira desproporcional nas áreas urbanas. Com isso, temos visto fenômenos antes bastante raros se alastrarem de norte a sul do Brasil, sejam enchentes de grandes proporções, sejam secas extremas, ciclones etc. São eventos que afetam com muito mais força as populações vulnerabilizadas, que são aquelas que residem em favelas ou assentamentos informais, sem saneamento básico, o que permite que elas fiquem mais suscetíveis a enchentes e ondas de calor e com impossibilidade de adaptação. É o racismo ambiental operando.

O desafio colocado pelas mudanças climáticas requer, por parte do poder público, ações contundentes que lidem com suas diferentes vertentes. O debate da adaptação no contexto das cidades se faz crucial quando olhamos para os eventos climáticos extremos, a fim de entender quais ações o Governo Federal tem tomado para enfrentar o problema e, efetivamente, gerenciar os riscos dos eventos e prevenir desastres, razão pela qual constitui uma questão de suma importância.

Destacamos como principais questões a serem enfrentadas, o elevado déficit habitacional, com desigualdades raciais e territoriais para acesso à moradia, o crescimento da população em situação de rua, o transporte público caro, insuficiente e precário em conjunto com a expansão urbana desordenada. O

aumento da vulnerabilidade ligada às questões climáticas, com gestão inadequada de resíduos sólidos e baixa capacidade de adaptação climática na maioria dos municípios.

Metas

Habitação e direito à cidade (Meta 11.1)

Embora o déficit habitacional tenha diminuído para 5,77 milhões de moradias em 2024, persistem barreiras econômicas, sociais e raciais que dificultam o acesso à moradia digna.

O programa orçamentário Moradia Digna tem ações com muita amplitude, que vão desde a capacitação dos gestores do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) até a oferta de juros subsidiados de interesse social urbano e rural. Portanto, trata-se de um programa que é essencial para a garantia do direito à habitação e para o atendimento às famílias que estão morando em áreas de risco ou mesmo que precisam de melhorias nas suas condições de habitabilidade, como a construção de banheiros e redes de esgoto.

No entanto, com relação ao seu financiamento, apresentou perda de recursos entre 2024 e 2025, o que parece uma tendência entre as ações discricionárias, cada vez mais pressionadas pelo arcabouço fiscal e pelas emendas parlamentares, o que podemos constatar com a perda de cerca de R\$ 3 bilhões (25%) entre a proposta do Governo Federal (dotação inicial) e o autorizado pelo Congresso Nacional em 2025. É uma realidade que afeta as ações finalísticas, que, no caso do Programa Moradia Digna, têm como beneficiários exatamente a base da pirâmide ou a população que vive em condições precárias de moradia e acessa os programas governamentais de habitação de interesse social.

Principais desafios:

- [365 mil pessoas vivendo em situação de rua em 2025;](#)
- [Mais de 2 milhões de pessoas afetadas por remoções desde 2020;](#)
- Predominância de pessoas negras e mulheres entre os atingidos;
- Existência de centenas de milhares de imóveis vazios em grandes cidades, especialmente São Paulo.

Mobilidade urbana (Meta 11.2)

O modelo brasileiro continua excessivamente dependente do transporte individual e do financiamento por tarifas pagas pelos usuários. Também está apenas no campo das intenções a priorização do transporte público urbano, com financiamento público e fontes não tarifárias, além da implementação de um sistema único de mobilidade que garanta integração e amplie as condições para que os modos de transporte ativos sejam integrados ao transporte público, reduzindo espaços para os carros, pois temos percebido movimentações em prol da tarifa zero; no entanto, ainda de forma bastante tímida. Precisamos aprovar a

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 25/2023, que abre caminho para a regulamentação da mobilidade e a criação do Sistema Único de Mobilidade (SUM).

Urbanização e justiça climática (Meta 11.3)

O crescimento urbano continua empurrando populações pobres para áreas vulneráveis a enchentes, deslizamentos e outros eventos extremos.

Entre 1985 e 2024:

- A área urbanizada cresceu mais rapidamente que a população;
- Aumentou significativamente a ocupação de encostas e áreas sujeitas a enchentes;
- Houve expansão acelerada das periferias e favelas;
- O racismo ambiental se intensificou, afetando principalmente populações negras e periféricas.

Como avanço, destaca-se a aprovação da Resolução CONAMA nº 511/2025, que incorpora os conceitos de justiça climática e combate ao racismo ambiental nas políticas públicas.

Resiliência e adaptação climática (Meta 11.5)

O país enfrenta um cenário crescente de desastres climáticos e a intensificação dos efeitos das mudanças climáticas e o protagonismo assumido pelo Brasil ao sediar a COP 30 determinam a importância de um programa de enfrentamento da emergência climática no orçamento federal, considerando os esforços em atualizar e implementar a Política Nacional sobre Mudança do Clima e o Plano Clima.

Houve um aumento de recursos para o programa de enfrentamento da emergência climática, cuja parcela mais expressiva diz respeito à ação de apoio financeiro reembolsável mediante financiamento e outros instrumentos financeiros para projetos de mitigação e adaptação à mudança do clima, que conta com recursos sob a supervisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) e do Fundo Social, com um aumento de 83,34% do orçamento autorizado e de 68,17% do executado. Além disso, houve a criação, em 2025, da ação de apoio à realização de conferência distrital e de conferências nacionais, estaduais e municipais do meio ambiente, com o objetivo de discutir temas e propostas no âmbito da Política Nacional de Meio Ambiente, que teve um orçamento autorizado de R\$ 23,34 milhões, sendo que foram executados R\$ 20,46 milhões.

Em 2025:

- [mais de 336 mil pessoas foram afetadas por eventos extremos](#);
- os prejuízos econômicos chegaram a R\$ 3,9 bilhões;
- Apenas 15% dos municípios possuíam planos de resiliência climática (dados do IBGE 2023).

Foram lançadas iniciativas importantes, como:

- Plano Nacional de Cidades Verdes Resilientes;
- Programa AdaptaCidades;
- Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (2025-2035).

Resíduos sólidos e qualidade ambiental (Meta 11.6)

Apesar da redução gradual da queima de lixo domiciliar, o problema ainda afeta milhões de brasileiros, sobretudo em áreas rurais.

- 14,1 milhões de pessoas impactadas pela queima de resíduos (dados do IBGE 2025);
- forte desigualdade entre áreas urbanas e rurais no acesso à coleta regular de lixo;
- concentração do problema nas regiões Norte e Nordeste.

Espaços públicos e áreas verdes (Meta 11.7)

Embora tenha ocorrido aumento expressivo das áreas verdes urbanas nas últimas décadas, isso não significa necessariamente melhoria da qualidade de vida.

Os principais desafios são:

- recuperação das áreas centrais impermeabilizadas;
- ampliação de parques e praças;
- distribuição mais equitativa dos espaços verdes nas cidades.

Governança urbana (Metas 11.a e 11.b)

Entre os avanços estão:

- Retomada da participação social por meio da Conferência Nacional das Cidades;
- Programas de adaptação climática e redução de riscos urbanos;
- Fortalecimento da agenda de cidades resilientes.

No entanto, ainda faltam resultados concretos e recursos orçamentários que permitam avaliar a efetividade dessas iniciativas.

A conclusão a qual chegamos é que precisamos ampliar recursos para habitação de interesse social e a execução plena no programa moradia digna, a ampliação de políticas que alcancem as pessoas em situação de rua, a aprovação do Sistema único de Mobilidade com tarifa zero. Implementação efetiva da justiça climática e do combate ao racismo ambiental. Integração entre planejamento urbano, adaptação climática e direitos humanos.

ODS 18 - Igualdade Étnico-Racial

Proposto pelo Brasil durante a 78ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2023, o ODS 18 - Igualdade Étnico-Racial - tem o objetivo de eliminar o racismo e promover a igualdade étnico-racial no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A igualdade racial como um ODS é inédita entre os países-membro da ONU que adotaram a Agenda 2030, e tem o potencial de impactar a agenda internacional se o Brasil conseguir ampliar o debate para outros países. O ODS 18 coloca explicitamente o enfrentamento ao racismo e à discriminação étnico-racial no centro do desenvolvimento sustentável.

A iniciativa responde a uma lacuna histórica dos ODS e busca enfrentar desigualdades que afetam, sobretudo, populações negras e indígenas. Considerando que a imensa maioria dos países passaram por processos coloniais que tiveram nas teorias raciais formas de dominação que impactam ainda hoje as desigualdades, o tema é estratégico. A conjuntura para ampliar este debate é favorável, considerando que teve início em 2025 a [Segunda Década Internacional para Afrodescendentes da ONU](#) em 2025.

No âmbito doméstico, o governo criou a Câmara Temática (CT) ODS 18, uma instância composta de representantes de ministérios, instituições públicas de pesquisas, além da sociedade civil organizada, para monitorar a implementação do ODS 18 no Brasil, bem como construir propostas para o seu aperfeiçoamento, a exemplo da elaboração de [metas e indicadores](#). Em maio deste ano, a CT realizou a Conferência Livre ODS 18 como parte das atividades de construção da 1ª Conferência Nacional dos ODS, a ser realizada de 30 de junho a 02 de julho em Brasília.

Sobre as políticas públicas que realizam o ODS 18, o relatório do Inesc demonstrou que, entre 2016 e 2022, durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, o país decaiu significativamente em suas políticas de igualdade racial, que foram duramente conquistadas no período democrático. Jair Bolsonaro chegou a excluir a população negra e quilombola dos planos oficiais de governo em sua gestão, além de ele próprio ter sido processado diversas vezes por injúria racial. Esse passivo, gerado pelo desfinanciamento de políticas públicas, combinado à cultura racista da extrema direita (avessa às políticas sociais e de cotas), ainda está presente nos dias atuais.

Sob a terceira gestão do presidente Lula, em 2023, o Governo Federal retomou a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), com a criação do Ministério da Igualdade Racial (MIR), a recomposição orçamentária e o lançamento de programas organizados no âmbito do novo PPA 2024-2027, a saber:

- **5802:** Políticas para quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e povos ciganos.
- **5803:** Juventude Negra Viva.
- **5804:** Promoção da igualdade étnico-racial, combate e superação do racismo.

Em 2025, o MIR executou quase 100% dos recursos autorizados para os seus três programas finalísticos: dos R\$ 139,32 milhões autorizados, foram executados R\$ 137,08 milhões (pagos + restos a pagar pagos), com um empenho de 95,85%.

Além dos programas específicos, a igualdade racial passou a integrar a Agenda Transversal, abarcando 35 objetivos do PPA 2024-2027, além de seis dimensões: 1) garantia de direitos e cidadania plena; 2) educação e formação para inclusão e empregabilidade; 3) proteção e promoção da cultura, da história, da memória e dos saberes ancestrais; 4) direito à terra e à produção; 5) políticas para quilombolas; 6) capacidade institucional, articulação e participação. De acordo com o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), a Agenda Transversal da Igualdade Racial contou com R\$ 674,71 milhões em 2025, dos quais foram empenhados R\$ 548,32 milhões (para ações não exclusivas, ou seja, todas as 63 ações orçamentárias associadas à Agenda Transversal da Igualdade Racial e os ministérios correspondentes).

O Brasil ainda está longe de alcançar as metas e indicadores do ODS 18, mas é nítido que nos últimos três anos o Governo Federal retomou a política pública e reassumiu o seu compromisso com o enfrentamento ao racismo.

Considerações finais

A trajetória do Inesc no acompanhamento da Agenda 2030 desde sua criação, nos permite analisar que os ODS 4, 5, 7, 11 e 18 demonstram que, embora tenha havido retomada institucional e recomposição parcial de políticas públicas nos últimos anos, o Brasil permanece distante do cumprimento da Agenda 2030. Os avanços observados coexistem com desigualdades persistentes de raça, gênero, renda e território, que seguem estruturando o acesso à educação, à moradia, à mobilidade, à energia e à proteção social. A permanência dessas desigualdades revela que o desenvolvimento sustentável não pode ser alcançado apenas por meio de iniciativas pontuais ou da reconstrução institucional, mas exige transformações estruturais sociais, raciais, de gênero e territoriais capazes de enfrentar os mecanismos históricos de exclusão que marcam a formação social brasileira.

Nesse contexto, torna-se cada vez mais evidente a incompatibilidade entre os compromissos assumidos pelo país no âmbito dos ODS e o regime fiscal atualmente vigente. O Novo Arcabouço Fiscal, ao limitar a expansão dos investimentos públicos e subordinar a realização de direitos sociais a metas de

ajuste fiscal, compromete a capacidade do Estado de responder aos desafios colocados pela Agenda 2030. A experiência recente demonstra que não há possibilidade concreta de universalizar direitos, reduzir desigualdades e enfrentar a emergência climática sem ampliar significativamente os investimentos públicos. Revisar ou superar o atual modelo fiscal é, portanto, condição indispensável para que as metas dos ODS deixem de ser compromissos formais e se convertam em realidade.

Ao mesmo tempo, a construção de um desenvolvimento efetivamente inclusivo exige que raça e gênero deixem de ocupar posição periférica no planejamento estatal e passem a constituir elementos centrais da política orçamentária. Os dados apresentados evidenciam que mulheres, população negra e periférica, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais permanecem submetidos aos piores indicadores sociais e são os mais afetados pelos retrocessos e pela insuficiência das políticas públicas. Nesse sentido, a adoção e o fortalecimento de marcadores de raça e gênero no orçamento público são instrumentos fundamentais para identificar desigualdades, orientar prioridades, monitorar resultados e promover processos de reparação histórica compatíveis com os desafios da sociedade brasileira.

Por fim, esta análise, por ocasião da 1ª Conferência Nacional dos ODS, reafirma que o orçamento público é a principal ferramenta de materialização da Agenda 2030. Sem recursos adequados não há educação de qualidade, igualdade de gênero, justiça climática, combate ao racismo, cidades sustentáveis ou transição energética justa. A disputa pelo orçamento é, em última instância, uma disputa sobre quais vidas importam e quais direitos serão efetivamente garantidos. A realização da Agenda 2030 depende, fundamentalmente, da capacidade de transformar prioridades políticas em investimentos públicos capazes de assegurar direitos concretos para todas as pessoas, sem deixar ninguém para trás.

** Carmela Zigoni, Cássio Carvalho, Cleo Manhas, são assessores políticos do Inesc. Cristiane Ribeiro e Nathalie Beghin são do colegiado de gestão do Inesc.*